

## **ANEXO II**

### **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIGUAÇU – SICOOB CREDIGUAÇU**

#### **REGULAMENTO ELEITORAL**

##### **TÍTULO I DO OBJETIVO**

Art. 1º Este Regulamento Eleitoral tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, de forma a complementar ao Estatuto Social e em consonância à legislação vigente aplicável.

##### **TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO PROCESSO ELEITORAL**

###### **CAPÍTULO I DA CONVOCAÇÃO PARA A ELEIÇÃO**

Art. 2º As eleições serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, ou, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 3º A Assembleia Geral para eleição será convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em primeira convocação, mediante:

- I. editais afixados em locais apropriados nas dependências comumente mais frequentadas pelos associados;
- II. publicação em jornal;
- III. comunicação aos associados por intermédio de circulares.

Art. 4º O edital publicado conterá as seguintes informações:

- I. data, horário e local da votação;
- II. prazo para registro de chapas;
- III. horário para entrega de documentos para o registro;
- IV. data de nova eleição, em caso de empate entre os concorrentes.

Art. 5º Para a contagem do prazo de publicação do Edital de Convocação considera-se o número de dias corridos, úteis ou não, excluindo-se a data da convocação e incluindo-se a data da Assembleia Geral.

## CAPÍTULO II DAS CHAPAS PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### SEÇÃO I DA FORMAÇÃO

Art. 6º O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho de Administração será realizado por meio do registro de chapas.

§ 1º Não haverá limite quanto ao número de chapas inscritas.

§ 2º As chapas serão compostas pelo número de candidatos para o Conselho de Administração, previsto no Estatuto Social, indicando os candidatos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente.

### SEÇÃO II DO REGISTRO DE CHAPA

Art. 7º O pedido de registro de chapa para o Conselho de Administração será encaminhado formalmente à Diretoria Executiva (*modelo – Anexo 1 – A*), no prazo indicado no Edital de Convocação.

Art. 8º O pedido de registro de chapa deve ser assinado por todos os candidatos e endereçado, em duas vias, à sede da *Cooperativa*, devidamente acompanhado da documentação exigida para os candidatos. Os candidatos aos cargos eletivos desta Singular apresentarão a seguinte documentação:

- I. 02 (duas) cópias autenticadas do RG;
- II. 02 (duas) cópias autenticadas do CPF;
- III. 02 (duas) cópias do comprovante de residência com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias;
- IV. 01 (uma) cópia da Certidão de Casamento;
- V. Certidão do Cartório de Protestos;
- VI. Certidão do Cartório Distribuidor (Civil e Criminal);

- VII. Certidão de Quitação de Tributos (Receita Federal);
- VIII. Consulta de serviço Serasa;
- IX. Declaração de regularidade cadastral, associativa e operacional emitido pela *Cooperativa (modelo – Anexo 02)*;
- X. Declaração de elegibilidade (*modelo – Anexo 03*).

§ 1º Será recusado o registro de chapas que não apresentarem os documentos exigidos nos incisos deste artigo.

§ 2º A *Cooperativa* manterá pessoa habilitada para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber a documentação e fornecer recibos.

Art. 9º Encerrado o prazo, os pedidos de registro de chapas serão lavrados em termo próprio, consignando, em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos efetivos e suplentes, entregando-o à Diretoria Executiva.

Art. 10. Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independente de qual órgão estatutário ao qual estiver concorrendo.

Art. 11. A Diretoria Executiva terá prazo de 01 (um) dia útil para encaminhar os pedidos de registro de chapas e a documentação dos candidatos ao coordenador da Comissão Eleitoral Originária.

### CAPÍTULO III DA CANDIDATURA PARA O CONSELHO FISCAL

Art. 12. O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho Fiscal será realizado por meio do registro de chapas.

Art. 13. O pedido de registro de chapa para o Conselho Fiscal será conduzido de acordo com o previsto neste Regulamento, da mesma forma realizada para registro das chapas de eleição do Conselho de Administração.

### CAPÍTULO IV DA DOCUMENTAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 14. Os candidatos aos cargos de Conselheiro de Administração e Fiscal apresentarão a documentação exigida pela *Cooperativa*, no prazo indicado no Edital de Convocação.

## CAPÍTULO V DOS EXAMES DOS PEDIDOS DE REGISTRO DE CHAPAS

Art. 15. A Comissão Eleitoral Originária é responsável pelo exame dos pedidos de registro de chapas e deve realizar, no mínimo, as seguintes atividades:

- I. verificar se a documentação do pedido de registro de chapa foi encaminhada no prazo fixado no Edital de Convocação e na forma instruída neste Regulamento;
- II. avaliar, por meio de declaração de inexistência de restrições, assinada pelo candidato, se este possui as condições básicas para candidatura ao cargo de conselheiro.

§ 1º A Comissão Eleitoral Originária realizará os exames disposto neste artigo e apresentará os resultados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da documentação enviada pela Diretoria Executiva.

§ 2º Ao verificar que a documentação está incompleta ou apresenta falhas de formalização, o coordenador da Comissão Eleitoral Originária notificará o(s) representante(s) da(s) chapa(s) para regularizar(em) a(s) falha(s) apontada(s), em até 02 (dois) dias úteis.

Art. 16. Todo o processo de análise pela Comissão Eleitoral Originária será registrado por meio de atas de reunião, formalizadas e assinadas por todos os membros do grupo.

## CAPÍTULO VI DA DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS INSCRITAS

Art. 17. No prazo de até 07 (sete) dias úteis, a contar do encerramento do prazo de registro de chapas, a Comissão Eleitoral Originária afixará nas dependências da *Cooperativa* o Termo de Registro de Chapas.

## CAPÍTULO VII DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA

### SEÇÃO I DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES

Art. 18. O prazo para impugnação de candidatura é de 02 (dois) dias úteis, contados da fixação do Termo de Registro de Chapas nas dependências da *Cooperativa* (Sede e PA's).

Art. 19. A impugnação será proposta por meio de requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral Originária, que protocolará o requerimento e o remeterá, imediatamente, à Comissão Eleitoral Recursal.

Art. 20. A Comissão Eleitoral Recursal lavrará o respectivo termo de encerramento do prazo de impugnação, consignando as impugnações propostas e destacando nominalmente os impugnantes e os candidatos impugnados.

## SEÇÃO II DO EXAME

Art. 21. A Comissão Eleitoral Recursal decidirá sobre a procedência, ou não, da impugnação em até 02 (dois) dias úteis a contar da data da interposição do recurso.

Art. 22. A Comissão Eleitoral Recursal comunicará a decisão a todos os interessados e notificará o responsável da chapa para providenciar a substituição do candidato impugnado.

## SEÇÃO III DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Art. 23. O candidato impugnado poderá contestar a impugnação, por meio da interposição de recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação.

Art. 24. O recurso deverá ser instruído com requerimento em duas vias, transcrevendo as razões de fato e de direito e com os devidos documentos comprobatórios.

Art. 25. A Comissão Recursal, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, julgará o recurso interposto, comunicando às partes interessadas, dentro de 24 (vinte e quatro) horas da decisão do julgamento.

Art. 26. Da decisão proferida pela Comissão Recursal não caberá recurso de qualquer natureza.

## CAPÍTULO VIII DA RENÚNCIA DA CANDIDATURA

Art. 27. Não será considerada a renúncia de qualquer candidato antes da eleição.

Art. 28. Se ocorrer o falecimento de um candidato, poderá substituí-lo por meio de pedido formal do representante da chapa, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas do início da Assembleia Geral para eleição.

### TÍTULO III DA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

#### CAPÍTULO I DA CÉDULA E LOCAL DE VOTAÇÃO

Art. 29. A cédula de votação apresentará o nome dos candidatos, o nome da chapa e, à frente do nome da chapa, um retângulo para que possa ser assinalado o voto.

Art. 30. A cédula de votação será confeccionada em papel branco, opaco, pouco absorvente, em tinta preta e tipos uniformes, que ao ser dobrada resguardará o sigilo de voto, sem que seja necessária a utilização de cola para fechá-lo.

Art. 31. As cédulas deverão apresentar a rubrica dos membros da Mesa Coletora de Votos, para que se possa garantir a veracidade da cédula.

Art. 32. A urna de votação deverá ser inviolável e suficientemente ampla para comportar as cédulas de votação à medida que forem sendo introduzidas.

Art. 33. A cabine de votação será privada para o ato de votar.

Art. 34. Quando houver a inscrição de apenas uma chapa, a Assembleia Geral poderá optar pela votação aberta ou por aclamação.

#### CAPÍTULO II DA COLETA DOS VOTOS

Art. 35. O Presidente da Assembleia Geral nomeará um presidente e um coordenador para compor a Mesa Coletora de Votos, e os representantes das chapas indicarão os mesários.

Parágrafo único. A critério do Presidente da Assembleia Geral, a presidência e a coordenação da Mesa Coletora de Votos poderão ficar sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral Originária.

Art. 36. Os representantes das chapas poderão indicar um representante para trabalhar como fiscal dos trabalhos de eleição.

Art. 37. Todos os candidatos deverão estar presentes no ato de abertura da votação, durante a coleta dos votos e no encerramento da eleição, salvo motivo de força maior.

Art. 38. Não comparecendo o Coordenador da Mesa Coletora de Votos em até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para início da votação, assumirá a coordenação o primeiro mesário e, na falta ou impedimento deste, o segundo mesário, e assim sucessivamente.

Art. 39. Não comparecendo os membros da Mesa ou sendo estes em número inferior a 04 (quatro), o Presidente da Mesa Coletora de Votos solicitará que o Presidente da Assembleia Geral indique, entre os associados presentes, a quantidade de pessoas necessárias para compor a Mesa.

Art. 40. Nenhuma pessoa estranha à direção da Mesa Coletora de Votos poderá intervir durante os trabalhos de votação.

Art. 41. Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos fiscais.

Art. 42. O Coordenador da Mesa entregará ao Presidente da Mesa Apuradora dos Votos, mediante recibo, todo o material utilizado durante a votação.

### CAPÍTULO III DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 43. A apuração dos votos será instalada imediatamente após o encerramento da votação.

Art. 44. Finda a apuração, os componentes da Mesa Apuradora dos Votos farão lavrar a ata dos trabalhos eleitorais, a qual deverá mencionar obrigatoriamente:

- I. local, dia e hora de abertura e encerramento dos trabalhos;
- II. resultado da urna apurada, especificando:
  - a. número de associados com direito a voto;
  - b. cédulas apuradas;
  - c. votos atribuídos a cada chapa registrada;
  - d. votos em branco;
  - e. votos nulos;
  - f. número total de associados que votaram;

- g. resultado geral da apuração;
- h. resumo de eventuais protestos;
- i. proclamação da chapa eleita.

Art. 45. A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob a guarda dos componentes da Mesa Apuradora dos Votos, até a proclamação final do resultado da eleição.

#### CAPÍTULO IV DA DECLARAÇÃO DOS ELEITOS

Art. 46. Será considerada vencedora a chapa que alcançar a maioria de votos válidos dos associados.

Art. 47. Havendo empate deverá ser realizada nova Assembleia Geral no prazo indicado no Edital de Convocação.

#### TÍTULO IV DAS COMISSÕES ELEITORAIS

##### CAPÍTULO I DA COMISSÃO ELEITORAL ORIGINÁRIA

Art. 48. Na convocação de Assembleia Geral de eleição, o Conselho de Administração, com antecedência mínima igual ao respectivo prazo da convocação, constituirá a Comissão Eleitoral Originária, a qual se encarregará da organização e coordenação do processo eleitoral, bem como da realização dos exames dos pedidos de registro de chapas.

Art. 49. A Comissão Eleitoral Originária será composta por 05 (cinco) membros, entre os quais um Conselheiro Fiscal, que presidirá a Comissão, e pelo menos um Secretário, para o registro dos trabalhos.

Art. 50. Nenhum membro da Comissão Eleitoral Originária poderá ser candidato a cargo eletivo.

Art. 51. A Comissão Eleitoral Originária reportará à Assembleia Geral, anteriormente à votação, o relato das atividades desempenhadas e os eventuais problemas identificados.

Art. 52. O Presidente da Comissão Eleitoral Originária reportará ao Presidente do Conselho de Administração a(s) impugnação(ões) proposta(s).



## CAPÍTULO II DA COMISSÃO ELEITORAL RECURSAL

Art. 53. A Comissão Eleitoral Recursal será constituída pelo Presidente do Conselho de Administração, apenas no caso de apresentação de pedidos de impugnação de candidaturas.

Art. 54. Cabe à Comissão Eleitoral Recursal analisar e decidir sobre eventuais impugnações de candidaturas aos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 55. A Comissão Eleitoral Recursal será composta por 03 (três) membros, entre os quais um Conselheiro Fiscal, que presidirá a Comissão, e pelo menos um Secretário, para o registro dos trabalhos.

Art. 56. Nenhum membro da Comissão Eleitoral Recursal poderá ser candidato a cargo eletivo.

Art. 57. A Comissão Eleitoral Recursal reportará à Assembleia Geral, anteriormente à votação, o relato das atividades desempenhadas e os eventuais problemas identificados.

## TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 58. Este Regulamento foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/05/2017, e é parte integrante da Ata Sumária que recebeu o número 17 (dezessete) no livro número 06 (seis).

## Anexo 01

### Modelos de Requerimento de Registro de Chapa

Anexo 1 – A: Modelo de Requerimento de Registro de Chapa para Conselho de Administração

À

Cooperativa de Crédito Crediguaçu – Sicoob Crediguaçu

Diretoria Executiva

Descalvado – SP

Assunto: Requerimento de Registro de Chapa para Conselho de Administração

1. Referimo-nos ao assunto em epígrafe para requerer o registro da chapa para o Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Crediguaçu – Sicoob Crediguaçu, composta pelos seguintes candidatos:

- a) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Presidente;
- b) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Vice-Presidente;
- c) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Conselheiro vogal;
- d) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Conselheiro vogal;
- e) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Conselheiro vogal;
- f) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Conselheiro vogal;
- g) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Conselheiro vogal.

2. Apresentamos, anexados, os documentos dos candidatos inscritos requisitados na regulamentação aplicável, bem como as informações relacionadas a seguir:

- a) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- b) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- c) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- d) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- e) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- f) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- g) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico.

3. Finalizando, mantemo-nos à disposição para oferecer outras informações julgadas necessárias para o exame do pleito.

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura de todos os inscritos na chapa)

Anexo 1 – B: Modelo de Requerimento de Registro de Chapa para Conselho Fiscal

À

Cooperativa de Crédito Crediguaçu – Sicoob Crediguaçu

Diretoria Executiva

Descalvado – SP

Assunto: Requerimento de Registro de Chapa para Conselho Fiscal

1. Referimo-nos ao assunto em epígrafe para requerer o registro da chapa para o Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Crediguaçu – Sicoob Crediguaçu, composta pelos seguintes candidatos:

- a) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Membro Efetivo;
- b) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Membro Efetivo;
- c) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Membro Efetivo;
- d) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Membro Suplente;
- e) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Membro Suplente;
- f) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato) – Membro Suplente.

2. Apresentamos, anexados, os documentos dos candidatos inscritos requisitados na regulamentação aplicável, bem como as informações relacionadas a seguir:

- a) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- b) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- c) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- d) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- e) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- f) \_\_\_\_\_ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico.

3. Finalizando, mantemo-nos à disposição para oferecer outras informações julgadas necessárias para o exame do pleito.

\_\_\_\_\_(UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura de todos os inscritos na chapa)

## Anexo 02

### Modelo de Declaração de Regularidade Cadastral, Associativa e Operacional

#### Declaração de Regularidade Cadastral, Associativa e Operacional

1. O Gerente de Controladoria da Cooperativa de Crédito Crediguaçu – Sicoob Crediguaçu, DECLARA que o associado \_\_\_\_\_, (nome completo do associado), candidato ao cargo de \_\_\_\_\_ (Conselheiro de Administração / Conselheiro Fiscal) da Cooperativa de Crédito Crediguaçu – Sicoob Crediguaçu, possui regularidade cadastral, associativa e operacional nesta instituição.

2. Este Gerente assume integral responsabilidade pela fidelidade da declaração ora prestada.

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do Gerente de Controladoria da Cooperativa

## Anexo 03

### Modelo de Declaração de Elegibilidade

#### Declaração de Elegibilidade

O abaixo subscrito, candidato ao cargo de \_\_\_\_\_ (Conselheiro de Administração / Conselheiro Fiscal) na Cooperativa de Crédito Crediguaçu – Sicoob Crediguaçu, declara:

- I. ter reputação ilibada;
- II. ser residente no País;
- III. ser associado pessoa natural da Cooperativa, exceto para os diretores executivos;
- IV. não participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de empresas de fomento mercantil ou de outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativa de crédito;
- V. não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- VI. não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio-administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;
- VII. não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- VIII. não estar declarado falido ou insolvente;
- IX. não ter controlado ou administrado, nos 02 (dois) anos que antecedem a eleição, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;
- X. não responder, nem qualquer sociedade da qual tenha sido controlador ou administrador à época dos fatos, por processo crime, inquérito policial e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- XI. não responder por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- XII. não estar em exercício de cargo público eletivo.

\_\_\_\_\_(UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome, CPF e Assinatura do Candidato